

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 233649-2 19ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelantes: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. E OUTRO

Apelados: WANDERSON SOTERO DE ARAÚJO E OUTRO

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.


EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. DECISÃO CRIMINAL ABSOLUTÓRIA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REPERCUSSÃO NO JUÍZO CÍVEL.

1. Os juízos cível e criminal são independentes em sua apreciação fático-jurídica. No entanto, no que concerne à existência ou à autoria do fato-crime tais juízos são vinculados, não havendo independência absoluta entre tais jurisdições. Dessa forma, no que for comum às duas jurisdições, há repercussão da decisão criminal no juízo cível.
2. Quando inexistente comprovação quanto à causa determinante do evento danoso, a absolvição do terceiro supostamente responsável pelo dano, com fundamento na culpa exclusiva da vítima, compromete crucialmente o nexo de causalidade que enseja o dever de indenizar.
3. A culpa exclusiva da vítima é causa excludente da responsabilidade civil, já que importa em negação do liame da causalidade entre o ato ilícito e o evento danoso. Quando o comportamento da vítima constitui-se em causa determinante do evento danoso, este não pode ser imputado a terceiro, que serve tão somente de instrumento para a concretização do dano.
4. Recursos aos quais se dá provimento, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 233649-2, que tem como Apelantes **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. E OUTRO**, e, como Apelados **WANDERSON SOTERO DE ARAÚJO E OUTRO**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO** a ambos os recursos interpostos, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Stênio Neiva Coelho
Desembargador Relator



Handwritten signature/initials

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 233649-2

19ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelantes: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. E OUTRO

Apelados: WANDERSON SOTERO DE ARAÚJO E OUTRO

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

RELATÓRIO

Cuida-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO proposta por WANDERSON SOTERO DE ARAÚJO, representado por sua genitora ROSEMARY SOTERO DE ARAÚJO, em face da EMPRESA SÃO PAULO LTDA., em virtude de acidente de trânsito de que foi vítima, provocado, segundo afirma, por ônibus da demandada.

Na inicial (fls. 02/05), narra a parte autora que, em 08/11/2007, aproximadamente às 17h00, ao atravessar a Avenida Beberibe, na faixa de pedestre, foi atropelado por ônibus da empresa ré, sofrendo, a partir de então, relevantes pioras em sua enfermidade mental. Requer, por conseguinte, o pagamento de indenização pelos danos de ordem física e moral que lhe foram ocasionados pelo ato ilícito do preposto da demandada. Corrobora o alegado colacionando os documentos de fls. 06/24.

Em sede de contestação (fls.33/48), a empresa ré defende, preliminarmente, a denúncia da lide à NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A., em virtude de contrato de seguro firmado com tal empresa, com cobertura para danos de ordem material e moral; bem como a inépcia da petição inicial por ausência de pedido certo e determinado. No mérito, afirma a inexistência de ato ilícito, e, conseqüentemente, do dever de indenizar, por atribuir a causa do acidente à culpa exclusiva da vítima.

Devidamente citada, a denunciada NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. apresentou contestação às fls. 105/126, defendendo que no contrato de seguro firmado com a empresa ré não há cobertura para indenização por danos morais a terceiros não transportados; e, quanto à lide principal, em síntese, a inépcia da petição inicial, a necessidade de dedução do seguro DPVAT, a ausência de comprovação dos danos materiais, bem como a improcedência total do pleito autoral.

Na sentença de fls. 170/175, o magistrado *a quo* julgou **procedente** o pleito autoral, condenando as demandadas, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, por considerar que os fatos e fundamentos apresentados pela parte autora são capazes de ensejar a responsabilização civil das rés, fundamentando-se nos artigos 269, I, e 333, I e II, do Código de Processo Civil.

Inconformadas, ambas as demandadas impugnaram a sentença proferida em 1ª instância.

Em suas razões (fls. 183/199), a NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. sustenta, em síntese, que não foi contratada pela empresa segurada a cobertura securitária que abrange o pagamento de danos morais para terceiros; que não se encontram presentes, *in casu*, os requisitos necessários para que reste configurada a responsabilidade civil; bem como aponta a necessidade de dedução do *quantum* indenizatório o valor inerente ao seguro DPVAT, consoante determina a súmula nº246 do STJ. Por fim, também se insurge contra a verba arbitrada a título de honorários advocatícios, considerando-a excessiva.

Por sua vez, a EMPRESA SÃO PAULO LTDA., em sede de apelação (fls. 205/230), defende, sinteticamente, que não existe nos autos qualquer prova das alegações tecidas pelo apelado; que a apelante não praticou qualquer ato ilícito ou ilegal para que fosse condenada, sendo o acidente resultado de mera fatalidade e por culpa exclusiva do apelado; que a declaração médica, juntada aos autos, não

Handwritten signature/initials

faz qualquer menção ao agravamento da doença após o alegado acidente, para que se estabelecesse o necessário liame de causalidade entre os fatos; assim como que a indenização foi fixada em patamares exorbitantes.

No mais, também sustenta que a sentença merece reforma quanto ao termo inicial em que foi fixada a correção monetária, visto que esta deve incidir desde a data do arbitramento; que a decisão *a quo* contraria a súmula nº 246 do STJ; bem como que, conforme determina o art. 784 do CC, a responsabilidade civil pela condenação cabe à seguradora denunciada.

Às fls. 237/239, a NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. apresenta contrarrazões, ressaltando que o contrato firmado com a empresa apelante não prevê a cobertura de danos morais e que, em se tratando de seguro de responsabilidade civil do transportador, a seguradora indeniza o seu segurado a título de reembolso.

A EMPRESA SÃO PAULO LTDA. também apresenta contrarrazões (fls. 247/250), afirmando que no Certificado de Seguro (fls. 81) referente à apólice contratada há clara previsão de cobertura para danos causados a terceiros não transportados; assim como que, na descrição dos riscos cobertos pela apólice de seguro contratada (fls. 67/80), entre eles danos morais, inexistente qualquer situação que afaste a cobertura securitária no caso em apreço.

Contrarrazões do autor/apelado às fls. 260/270, através da qual o demandante defende a responsabilidade objetiva por parte da empresa de transporte coletivo, em caso de acidente (art. 37, § 6º, da Constituição Federal), afirmando que uma vez incontroversa a ocorrência do atropelamento do autor por um veículo da empresa ré (conforme laudo pericial acostado aos autos) e não demonstrada a causa do acidente, conclui-se que o nexo de causalidade ficou provado. Pugna, por conseguinte, pela manutenção da sentença de 1º grau em todos os seus termos.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 294/297, no sentido de negar provimento a ambos os recursos de apelação, por entender que caberia às rés comprovar que foi da responsabilidade da genitora do apelado a causa do acidente que vitimou o autor (Art. 333, II, do CPC).

Às fls. 310/328, a EMPRESA SÃO PAULO LTDA., com fulcro no art. 397 do CPC, junta documentos novos aos autos, os quais atestam a absolvição criminal do preposto da ré (motorista do veículo que atropelou o autor/apelado), sendo reconhecida em sentença proferida no processo crime de nº 0100279-31.2009.8.17.0001, referente ao acidente que motivou a presente ação de indenização, a culpa exclusiva da vítima.

Em virtude dos recursos serem interpostos em causa de procedimento sumário, por aplicação do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, parágrafo único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor.

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 03/06/2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 233649-2 19ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelantes: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. E OUTRO

Apelados: WANDERSON SOTERO DE ARAÚJO E OUTRO

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

VOTO

Na origem, WANDERSON SOTERO DE ARAÚJO, representado por sua genitora ROSEMARY SOTERO DE ARAÚJO, interpôs AÇÃO DE INDENIZAÇÃO em face da EMPRESA SÃO PAULO LTDA., devido a acidente de trânsito de que foi vítima, provocado, segundo afirma, por ônibus da demandada.

Na inicial (fls. 02/05), narra a parte autora que, em 08/11/2007, aproximadamente às 17h00, ao atravessar a Avenida Beberibe, na faixa de pedestres, foi atropelado por ônibus da empresa ré, sofrendo, a partir de então, relevantes pioras em sua enfermidade mental. Requer, por conseguinte, o pagamento de indenização pelos danos de ordem física e moral que lhe foram ocasionados pelo ato ilícito do preposto da demandada. Corrobora o alegado colacionando os documentos de fls. 06/24.

Em sede de contestação (fls.33/48), a empresa ré defende, preliminarmente, a denúncia da lide à NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A., em virtude de contrato de seguro firmado com tal empresa, cuja cobertura abrange danos de ordem material e moral; bem como a inépcia da petição inicial por ausência de pedido certo e determinado. No mérito, afirma a inexistência de ato ilícito, e, consequentemente, do dever de indenizar, por atribuir a causa do acidente à culpa exclusiva da vítima.

Devidamente citada, a denunciada NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. apresentou contestação às fls. 105/126, defendendo que no contrato de seguro firmado com a empresa ré não há cobertura para indenização por danos morais a terceiros não transportados; e, quanto à lide principal, em síntese, a inépcia da petição inicial, a necessidade de dedução do seguro DPVAT, a ausência de comprovação dos danos materiais, bem como a improcedência total do pleito autoral.

Na sentença de fls. 170/175, o magistrado *a quo* julgou **procedente** a pretensão autoral, condenando as demandadas, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, por considerar que os fatos e fundamentos apresentados pela parte autora são capazes de ensejar a responsabilização civil das rés, fundamentando-se nos artigos 269, I, e 333, I e II, do Código de Processo Civil.

Inconformadas, ambas as demandadas impugnaram a sentença proferida em 1ª instância.

Em suas razões (fls. 183/199), a NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. sustenta, em síntese, que não foi contratada pela empresa segurada a cobertura securitária que abrange o pagamento de danos morais para terceiros; que não se encontram presentes, *in casu*, os requisitos necessários para que reste configurada a responsabilidade civil; bem como aponta a necessidade de dedução do *quantum* indenizatório o valor inerente ao seguro DPVAT, consoante determina a súmula nº 246 do STJ. Por fim, também se insurge contra a verba

arbitrada a título de honorários advocatícios, considerando-a excessiva, em vista do valor da indenização, da reduzida complexidade da questão debatida nos autos e do fato da demanda ter sido julgada antecipadamente, sem a produção de provas.

Por sua vez, a EMPRESA SÃO PAULO LTDA., em sede de apelação (fls. 205/230), defende, sinteticamente, que não existe nos autos qualquer prova das alegações tecidas pelo apelado; que a apelante não praticou qualquer ato ilícito ou ilegal para que fosse condenada, sendo o acidente resultado de mera fatalidade e por culpa exclusiva do apelado; que a declaração médica, juntada aos autos, não faz qualquer menção ao agravamento da doença após o alegado acidente, para que se estabelecesse o necessário liame de causalidade entre os fatos; assim como que a indenização foi fixada em patamares exorbitantes.

No mais, também sustenta que a sentença merece reforma quanto ao termo inicial em que foi fixada a correção monetária, visto que esta deve incidir desde a data do arbitramento; que a decisão *a quo* contraria a súmula nº 246 do STJ; bem como que, conforme determina o art. 784 do CC, a responsabilidade civil pela condenação cabe à seguradora denunciada, e, apenas se verificada a hipótese prevista no § 4º deste artigo, cabe a responsabilidade subsidiária da empresa apelante.

Às fls. 237/239, a NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. apresenta contrarrazões, ressaltando que o contrato firmado com a empresa apelante não prevê a cobertura de danos morais e que, em se tratando de seguro de responsabilidade civil do transportador, a seguradora indeniza o seu segurado a título de reembolso.

A EMPRESA SÃO PAULO LTDA. também apresenta contrarrazões (fls. 247/250), afirmando que no Certificado de Seguro (fls. 81) referente à apólice contratada há clara previsão de cobertura para danos causados a terceiros não transportados; assim como que, na descrição dos riscos cobertos pela apólice de seguro contratada (fls. 67/80), entre eles danos morais, inexistente qualquer situação que afaste a cobertura securitária no caso em apreço.

Contrarrazões do autor/apelado às fls. 260/270, através da qual o demandante defende a responsabilidade objetiva por parte da empresa de transporte coletivo, em caso de acidente (art. 37, § 6º, da Constituição Federal), afirmando que, uma vez incontroversa a ocorrência do atropelamento do autor por um veículo da empresa ré (conforme laudo pericial acostado aos autos) e não demonstrada a causa do acidente, conclui-se que o nexo de causalidade ficou provado. Pugna, por conseguinte, pela manutenção da sentença de 1º grau em todos os seus termos.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 294/297, no sentido de negar provimento a ambos os recursos de apelação, por entender que caberia às rés comprovar que foi da responsabilidade da genitora do apelado a causa do acidente que vitimou o autor (Art. 333, II, do CPC).

Às fls. 310/328, a EMPRESA SÃO PAULO LTDA., com fulcro no art. 397 do CPC, junta documentos novos aos autos, os quais atestam a absolvição criminal do preposto da ré (motorista do veículo que atropelou o autor/apelado), sendo reconhecida em sentença proferida no processo crime de nº 0100279-31.2009.8.17.0001, referente ao acidente que motivou à presente ação de indenização, a culpa exclusiva da vítima.

Uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, passo à análise dos recursos.

De início, ressalto que a responsabilidade civil independe da criminal. Assim determina o artigo 935 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

O Código de Processo Penal, por sua vez, dispõe:

Art. 66. Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

Os juízos cível e criminal são, portanto, independentes em sua apreciação fático-jurídica. No entanto, no que concerne à existência ou à autoria do fato-crime tais juízos são vinculados, o que nos permite concluir que não há independência absoluta entre tais jurisdições. Pelo contrário, a decisão criminal pode exercer tamanha influência sobre a decisão civil a ponto de formar coisa julgada no juízo cível, impedindo quaisquer discussões acerca de questões fáticas e jurídicas atreladas ao ato ilícito imputado como crime.

Tal interdependência entre as instâncias civil e penal, aliás, obedece à concepção unitária da jurisdição, mostrando-se compatível com a unidade essencial que caracteriza o Poder Judiciário. Assim é que

nos casos em que o fato gerador da responsabilidade criminal e civil é um só, materialmente idêntico, a boa realização da justiça impõe que a verdade sobre ele seja também una. A ação penal e a indenizatória constituem, em última instância, um duplo processo de responsabilização pelo mesmo fato danoso, não sendo justificáveis decisões conflitantes.¹

Dessa forma, apesar desse tema ser ainda controvertido na doutrina e na jurisprudência pátria, entendo que a repercussão da decisão criminal no juízo cível limita-se àquilo que for comum às duas jurisdições.

No caso *sub examine*, o acidente de trânsito deu ensejo a um processo criminal e a uma ação de indenização. O evento danoso, isto é, o atropelamento do autor, é fato incontroverso, já que reconhecido por ambas as partes, e comum aos juízos cível e penal. Porém, não é suficiente para determinar a responsabilização das rés, como requer o demandante, sendo para isso necessária a verificação incontestada do *nexo de causalidade* entre o ato ilícito (atropelamento) e o dano por aquele sofrido (piora na sua enfermidade mental).

A sentença *a quo*, prolatada ainda quando em curso o processo no juízo penal, considerou tão somente os fatos e fundamentos apresentados pela parte autora, entendendo-os como capazes de ensejar a responsabilização civil das rés, já que estas não lograram comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito defendido pelo autor (art. 333, II, do CPC).

Assim, ao compulsar os autos, verifico que a cognição realizada em 1º grau se embasou apenas no laudo pericial colacionado pelo autor (fls. 11/14), bem como nos atestados médicos jungidos às fls. 19 e 102, os quais não consubstanciam arcabouço probatório capaz de sustentar o nexo de causalidade entre o fato ilícito e o dano por ele produzido.

¹ FILHO, Sergio Cavaliere. *Programa de responsabilidade civil*. 11ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014. P. 600.

O laudo pericial, em virtude da carência de vestígios materiais para determinação do ponto de embate em que ocorreu o evento danoso, não apresenta conclusão certa quanto à causa determinante do acidente. Os atestados médicos, por sua vez, apenas indicam a enfermidade mental apresentada pelo autor e a sua piora *a posteriori*.

Em vista de tal conjuntura fático-probatória, o juiz *a quo*, com fundamento no art. 333, II, do CPC, acolheu o pleito autoral, entendendo que o ônus pela escassez de provas deveria ser suportado pela parte ré.

A decisão de 1º instância, portanto, foi prolatada sem saber-se, ao certo, o que determinou o atropelamento do autor, isto é, qual a causa do evento danoso apontado pelo demandante como ensejador do dever de indenizar.

Em razão do exposto, diante da ausência de comprovação quanto à causa determinante do acidente, os documentos novos colacionados pela empresa ré às fls. 310/328 comprometem crucialmente o nexo de causalidade no qual se embasou o juiz *a quo* para determinar a responsabilização civil das rés.

Assim se dá, uma vez que tais documentos atestam a absolvição criminal do preposto da empresa demandada, reconhecendo a *culpa exclusiva da vítima* no acidente de trânsito que ensejou a presente ação de indenização.

A culpa exclusiva da vítima é causa excludente da responsabilidade civil, já que importa em negação do liame da causalidade entre o ato ilícito e o evento danoso. Na verdade, como doutrina Sérgio Cavalieri Filho, mais correto é falar-se em *fato exclusivo da vítima*, uma vez que a questão se insere no âmbito do nexo de causalidade e não da culpa.

De fato, trata-se de causa de isenção de responsabilidade, e não de simples ausência de culpa. Quando o comportamento da vítima constitui-se em causa determinante do evento danoso, este não pode ser imputado a terceiro, que serve tão somente de instrumento para a concretização do dano.

Assim, se “A”, num gesto treloucado, atira-se sob as rodas do veículo dirigido por “B”, não se poderá falar em liame de causalidade entre o ato deste e o prejuízo por aquele experimentado. O veículo atropelador, a toda evidência, foi simples instrumento do acidente, erigindo-se a conduta da vítima em causa única e adequada do evento, afastando o próprio nexo causal em relação ao motorista, e não apenas a sua culpa, como querem alguns.²

Com efeito, como já se afirmava no Direito Romano (*quo quis ex culpa sua damnum sentit, nom intelligitur damnum sentire*), a conduta da vítima, sendo fato gerador do evento danoso, elimina a causalidade, já que o Direito não pode ficar alheio ao fato da vítima contribuir com ato seu para a construção dos elementos do dano.³

Acerca do tema, Carlos Roberto Gonçalves doutrina:

Quando o evento danoso acontece por culpa exclusiva da vítima, desaparece a responsabilidade do agente. Nesse caso, deixa de existir a relação de causa e efeito entre o seu ato e o prejuízo experimentado pela

² FILHO, Sérgio Cavalieri. *Programa de responsabilidade civil*. 11ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014. P.86.

³ STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. Tomo I. 9ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. P.253.

vítima. Pode-se afirmar que, no caso de culpa exclusiva da vítima, o causador do dano não passa de mero instrumento do acidente. Não há liame de causalidade entre o seu ato e o prejuízo da vítima.⁴

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. AGRAVO RETIDO. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. Agravo retido improvido. Denúnciação da lide que não se encontra elencada no art. 70 do CPC. **Não há falar em dever de indenizar, uma vez comprovada a culpa exclusiva da vítima pelo acidente de trânsito narrado nos autos. AGRAVO RETIDO IMPROVIDO. APELAÇÃO IMPROVIDA.** (Apelação Cível Nº 70048034904, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Julgado em 05/06/2013)

(TJRS - AC: 70048034904. Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos. 11ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 05/06/2013. Data de Publicação: 11/06/2013 – *grifo nosso.*)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EFEITOS INFRINGENTES - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - RESPONSABILIDADE CIVIL - CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA - ABSOLVIÇÃO CRIMINAL - PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE ADEQUADA - AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL - PEDIDO DEDUZIDO EM SEDE DE CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS - VIA PROCESSUAL INADEQUADA. 1- NÃO DEVE SER CONHECIDO O PEDIDO AVIADO EM CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS, POR NÃO SER REFERIDA PEÇA PROCESSUAL SEDE APROPRIADA PARA A DEDUÇÃO DE PEDIDOS. 2- NO DIREITO BRASILEIRO, VIGORA O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE ADEQUADA, PELO QUAL NINGUÉM SERÁ RESPONSABILIZADO POR RESULTADO A QUE NÃO TIVER DADO CAUSA (C.C, ARTIGO 927) 3- A CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA EM ACIDENTE DE TRÂNSITO IMPEDE A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONDUTOR DO VEÍCULO, PORQUANTO AUSENTE O NEXO DE CAUSALIDADE. 4- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

(TJ-DF - APL: 19540720038070002. Relator: JOÃO MARIOSI. 3ª Turma Cível. Data de Julgamento: 09/05/2012. Data de Publicação: 24/05/2012 – *grifo nosso.*)

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATROPELAMENTO. VÍTIMA QUE NÃO AGIU COM AS DEVIDAS CAUTELAS. RISCO CRIADO POR ELA. CULPA EXCLUSIVA EVIDENCIADA. SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA QUE RECONHECE NÃO CONTRIBUIÇÃO DO PREPOSTO DA RÉ PARA O SINISTRO. INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS. INDENIZAÇÃO PRETENDIDA PELO ESPOSO DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA DOS ELEMENTOS FORMADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. DEVER DE INDENIZAR NÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Para que nasça o dever de indenizar necessária a presença de três elementos básicos: ato lesivo, decorrente de ilicitude ou ação/omissão negligente, imprudente ou imperita; abalo moral ou material; e nexo de causalidade entre ambos. **Não há que se falar em indenização por danos morais e materiais quando não comprovada a culpa da ré no sinistro, não restando caracterizada a responsabilidade civil.** "A caracterização da responsabilidade civil subjetiva depende da coexistência do ato ilícito culposos ou doloso, do dano e do nexo causal. À míngua de quaisquer desses requisitos, impõe-se a rejeição do pedido indenizatório. (Ac. n. , de Capinzal. Rel.: Des. Luiz Carlos Freyesleben, j. em: 15.03.2007)".

(TJSC - AC: 181533 SC 2001.018153-3. Relator: Henry Petry Junior. 1ª Câmara de Direito Civil. Data de Julgamento: 19/11/2007 – *grifo nosso.*)

Por todo o exposto, aliando o escasso arcabouço documental que serviu à cognição deste feito aos elementos probatórios produzidos no juízo penal, os quais, a título de prova emprestada, não podem ser desconsiderados para a instrução dos presentes autos, concluo que o reconhecimento do fato exclusivo da vítima para a ocorrência do evento danoso, conforme prolatado na sentença proferida no processo crime de nº 0100279-31.2009.8.17.0001, é medida que se impõe.

De fato, compulsando os autos verifico que os depoimentos testemunhais obtidos quando da instrução do processo criminal se mostram consonantes no sentido de que o menor – parte autora na presente demanda – se soltou da mão de sua genitora, atravessando inadvertidamente

⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. P. 795.

a via pública, de forma que não havia como o preposto da empresa ré frear o ônibus a ponto de impedir que este causasse qualquer dano à criança.

No mais, o próprio laudo pericial colacionado pelo autor aponta que o veículo supostamente causador do evento danoso encontrava-se em velocidade regular (40 km/h), compatível com a avenida na qual realizava o seu trajeto, não havendo, portanto, ato ilícito a ser imputado ao preposto da empresa de ônibus demandada, já que dirigia de acordo com as regras de segurança de trânsito.

Por conseguinte, a responsabilidade civil por parte da empresa ré não restou caracterizada, diante da inexistência de contribuição efetiva do preposto da demandada para a ocorrência do sinistro, tendo este se dado por fato exclusivo da vítima, que não observou os cuidados necessários ao atravessar a avenida, gerando o risco que culminou no evento danoso.

À luz de tais considerações, DOU PROVIMENTO a ambos os recursos de apelação, para negar o dever de indenizar imputado às rés/apelantes, reformando *in totum* a sentença proferida em 1ª instância, por entender que a responsabilidade civil das demandadas para com o autor restou comprometida diante do reconhecimento, em juízo penal, do fato exclusivo da vítima para a ocorrência do evento danoso.

Diante da negativa do dever de indenizar, restam prejudicadas as demais alegações suscitadas pelos recursos interpostos.

É como voto.

Recife,



Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator